FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 24/01/2024 - 05:59

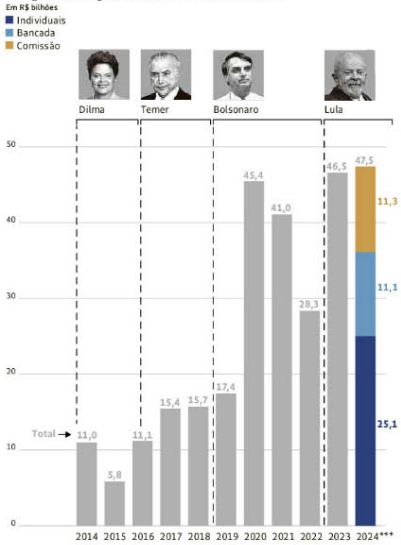
Veto de Lula atinge emendas do centrão; governo teme crise

Veto de Lula mira emendas do centrão, e governo tenta evitar crise com Congresso

Orçamento de ministérios como Turismo e Esporte tiveram cortes bilionários; presidente diz querer explicar decisão a parlamentares

Thiago Resende, Marianna Holanda e Victoria Azevedo

Congresso amplia emendas durante Lula 3



*As emendas de relator, antes usadas somente em caráter de correção da Lei Orçamentária Anual, passaram a ser utilizadas em 2020 para destinar verba a obras de interesse de deputados, sem transparência
** Emendas extras de relator ocorrem excepcionalmente em 2023, e foram destinadas para alocação de cada ministério do governo, com indicação do Congresso
*** Previsão
Fonte: Congresso Nacional

BRASÍLIA O veto do presidente Lula (PT) a emendas parlamentares em 2024 atingiu em cheio ministérios comandados pelos partidos do centrão. Diante disso, o petista desencadeou uma operação para evitar a eclosão de uma nova crise com o Congresso, que retorna do recesso em fevereiro e já vem se queixando de outras ações tomadas recentemente pelo Executivo.

Ao sancionar o Orçamento deste ano, na segunda-feira (22), Lula aplicou um corte de R$ 5,6 bilhões nas chamadas emendas de comissão.

As pastas de Comunicações, Turismo, Esporte, Integração e Desenvolvimento Regional estão entre as que mais sofreram cortes nessas emendas, aqueles recursos que deputados e senadores enviam para obras e projetos em seus redutos eleitorais e, com isso, colhem capital político.

Esses ministérios são chefiados por União Brasil e PP e os ministros foram indicados pelo grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo presidente da CCJ (comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Alas da União Brasil e do PP fizeram parte da base de Jair Bolsonaro (PL) e negociaram apoio a Lula após o petista abrir espaço no primeiro escalão a esse grupo político.

O presidente cortou o dinheiro das chamadas emendas de comissão, que, segundo líderes do Congresso, serão usadas para acordos políticos que fortalecem as cúpulas da Câmara e do Senado.

Esse tipo de emenda funcionará, segundo esses líderes, como as extintas emendas de relator, que eram a principal moeda de troca nas negociações do governo Bolsonaro e do Legislativo. O mecanismo, criado na gestão passada, foi derrubado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2022.

No veto bilionário, o presidente reduziu quase pela metade o orçamento das emendas de comissão no Ministério do Esporte, comandado por André Fufuca (PP); e praticamente zerou a verba para as Comunicações, de Juscelino Filho (União Brasil). No Turismo, de Celso Sabino (União Brasil), sobrou menos de 40%.

Apesar da tesourada, o total em emendas parlamentares em 2024 será recorde: R$ 47,5 bilhões. Existem três tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso).

Lula tem agido para tentar evitar que o desgaste com o Congresso se amplie. Ainda na segunda, o Planalto fez chegar a parlamentares a promessa de que a verba alvo do corte será recomposta, mas não foi dado prazo para isso ocorrer.

Nesta terça (23), Lula prometeu explicar os vetos. Em entrevista, declarou que está satisfeito com a relação com o Congresso e criticou Bolsonaro, dizendo que ele "não tinha governança nesse país".

"Na questão das emendas, o ex-presidente não tinha governança nesse país. Eu vou repetir: ele não tinha governança, quem governava era o Congresso Nacional. Ele não tinha sequer capacidade de discutir Orçamento. Porque ele não queria ou porque não fazia parte da lógica deles. O que ele queria é que deputados fizessem o que eles quisessem", afirmou em entrevista à rádio Metrópole, da Bahia.

Segundo o petista, o seu governo estabeleceu uma "relação democrática" com o Congresso, com ministros conversando diariamente com lideranças da Câmara e do Senado. "E as coisas estão indo. Se não 100% do que a gente queria, mas está indo um percentual razoável, 60%, 70% daquilo que a gente quer."

Lula afirmou que negocia com o Congresso "sempre" e que negociar com a Câmara dos Deputados "é sempre um prazer, é sempre difícil".

"Não tenho o que reclamar da relação do Poder Executivo com o Congresso", seguiu. "Eu negocio com o Congresso sempre. Ontem [segunda-feira] eu tive que vetar o Orçamento, R$ 5,6 bilhões [em emendas]. E tenho o maior prazer de juntar lideranças e conversar com elas e explicar porque foram vetados."

Integrantes do centrão dizem que já esperavam que o corte fosse direcionado a ministérios do grupo político.

Esses membros consideram que o veto será derrubado pelo Congresso, mas aguardam a promessa do plano de Lula para recompor a verba.

Sem uma sinalização clara ou uma solução para ressuscitar as emendas, Lula terá dificuldades principalmente na Câmara, dizem aliados de Lira.

O deputado licenciado André Fufuca, do PP de Lira, entrou no governo em setembro. Celso Sabino, em julho. Foram trocas ministeriais negociadas com líderes da Câmara para tentar melhorar a relação de Lula com o grupo que representa a maioria dos deputados. Juscelino recebeu a bênção de Lira e hoje é visto como indicação da bancada da União na Casa.

Além deles, o Ministério das Cidades, de Jader Filho (MDB), foi alvo dos vetos. A verba de emendas de comissão da pasta caiu quase pela metade. O ministério executa obras de mobilidade, além do Minha Casa, Minha Vida, que é visado por parlamentares na hora de escolher o que financiar com suas emendas.

O Ministério do Desenvolvimento Social, que cuida do Bolsa Família, também perdeu recursos com os vetos, apesar de ser comandado pelo petista Wellington Dias.

Outras pastas mais ligados a Lula e ao PT, como Saúde, Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Meio Ambiente, tiveram perdas menores ou foram poupadas.

O Ministério da Educação também se livrou, mas os parlamentares já haviam decidido colocar pouco dinheiro em emendas na pasta — menos de R$ 200 milhões. Há uma insatisfação no Congresso em relação ao ritmo de liberação e repasses autorizados pelo ministro Camilo Santana (PT).

Procurado, o Ministério do Planejamento não respondeu sobre os critérios para selecionar os alvos dos vetos.

O governo afirma que, com menos recursos, quis poupar do corte áreas consideradas mais importantes para a sociedade, como a Saúde. O Fundo Nacional de Saúde, cuja função é irrigar os cofres dos entes federados para custeio, investimento e financiamento de ações da rede pública, continuará com R$ 4,5 bilhões de emendas de comissão.

> **Na questão das emendas, o ex-presidente não tinha governança nesse país. Eu vou repetir: ele não tinha governança, quem governava era o Congresso Nacional. Ele não tinha sequer capacidade de discutir Orçamento. Porque ele não queria ou porque não fazia parte da lógica deles. O que ele queria é que deputados fizessem o que eles quisessem**
> **Lula (PT)** presidente

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Copyright © Clipclap 2025.